

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E OFÍCIO DIVINO DAS COMUNIDADES
LIBERATION THEOLOGY AND DIVINE OFFICE OF THE COMMUNITIES

Edécio Ottaviani*
Márcio Felipe de Souza Alves*

Recebido em: 13/03/2023

Aprovado em: 20/04/2023

DOI: 10.57147/espacos.v31i1.897

Resumo: A Liturgia das Horas, por muitos séculos, perdeu o seu referencial e passou a ser uma oração somente dos clérigos e das comunidades religiosas. O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) quis devolver ao povo de Deus o que sempre foi direito dele: rezar os salmos, motivados pelas horas do dia, manifestando assim a comunhão com a Igreja. A Igreja no Brasil, para possibilitar às comunidades esta prática oracional, resgatou a importância da Liturgia das Horas, e a sua função mistagógica, elaborando o Ofício Divino das Comunidades. Em seu cerne, este artigo destaca a importância da oração comunitária, cujo referencial é o Ofício Divino das Comunidades, uma versão inculturada da Liturgia das Horas, da qual a Teologia da Libertação assumiu e contribuiu para que o povo simples pudesse rezar em comunhão com a Igreja.

Palavras-chave: Ofício Divino das Comunidades, Liturgia das Horas, Teologia da Libertação, Oração.

Abstract: Liturgy of the Hours, for many centuries, lost its reference and became a prayer only for clergy and religious communities. The Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965) wanted to give back to people of God what was always their right: to pray the psalms, motivated by the hours of the day, thus manifesting communion with the Church. The Church in Brazil, to make this practice possible to the communities, rescued the importance of Liturgy of the Hours, and its mystagogical function, elaborating the Divine Office of the communities. At its core, this article highlights the importance of community prayer, whose reference is the Divine Office of communities, an inculturated version of the Liturgy of the Hours, from which Liberation Theology took over, and contributed to the simple people being able to pray in communion. with the Church.

Keywords: Divine Office of Communities, Liturgy of the Hours, Liberation Theology, Prayer.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas questões que acreditamos serem fundamentais para a busca de uma compreensão do estudo, e acima de tudo, vivência no que diz respeito às contribuições que a Teologia da Libertação, a partir das

* Pós-doutor em Filosofia, professor no programa de estudos pós-graduados de Teologia da PUC-SP.

* Mestre em Teologia pela PUC-SP.

Comunidades Eclesiais de Base, trouxe ao Ofício Divino das Comunidades. Consideramos importante destacar o Ofício Divino das Comunidades como expressão privilegiada da Igreja no Brasil e da comunidade que, por meio desta oração, se consagra a Deus.

É de suma importância perceber, o quanto a Teologia da Libertação contribuiu para a reflexão acerca de uma referência objetiva que permita à comunidade reunida fazer a experiência do diálogo com Deus por meio da oração (BECKHAUSER, 1996, 19).

As comunidades eclesiais de base muito contribuíram para uma pedagogia pastoral, que possibilitou à Liturgia das Horas e ao Ofício Divino das Comunidades a prática da oração da Igreja, ou seja, santificar as horas, através da oração, e a vivência de uma vida de oração marcada pela presença de Deus que se traduz no desejo de um povo que sente a necessidade de rezar com a Igreja, concretizando assim os mesmos gestos que Jesus realizou.

A nossa intenção, com este artigo, é sinalizar o quanto a reflexão a respeito da força conferida pela Teologia da Libertação ao Ofício Divino das Comunidades, proporcionou aos seguidores de Cristo viver segundo o Seu Espírito.

Este artigo está centrado em três pontos:

1. O Ofício Divino das Comunidades como uma prática consagrada na vida da Igreja no Brasil;
2. A importância de ter uma referência objetiva de oração quando nos reunimos para orar;
3. Uma pedagogia pastoral para introduzir o Ofício Divino das Comunidades na prática da oração da Igreja.

Há quem diga que a Teologia da Libertação em nada contribuiu com a espiritualidade da Igreja. Infelizmente, os que assim pensam fogem completamente da proposta de Jesus, que é de oferecer vida, e vida em abundância a todos (Jo10,10) e, de um modo particular, aos prediletos de Seu coração: os pobres!

1. Ofício divino das comunidades: uma prática consagrada na vida da Igreja no Brasil

Na tentativa de tornar a Liturgia das Horas popular e de fácil acesso ao povo das comunidades simples, produziu-se o Ofício Divino das Comunidades; sua primeira edição nasceu em dezembro de 1988. Na luta por fazer com que o impulso do Concílio Ecumênico Vaticano II acontecesse verdadeiramente, muitas foram as iniciativas para sua produção e, ainda que não tenha sido considerado como livro litúrgico pela Igreja no Brasil, foi, entretanto, aceito com muita alegria por todo o povo e divulgado com força pelas Comunidades Eclesiais de Base, pela fidelidade à sua teologia e espiritualidade (CARPANEDO, 2003, 178).

A Igreja no Brasil, na tentativa de proporcionar às comunidades uma prática de oração que possibilitasse aos fiéis fazerem a relação entre liturgia e vida, elaborou o Ofício Divino das Comunidades¹, como uma forma representativa de inculturação da Liturgia das Horas, mas de forma popular, para que as comunidades eclesiais pudessem assim rezar com a Igreja, levando em conta o costume da Igreja primitiva, a piedade popular, e o contexto da Igreja na América Latina, vivenciada sobretudo nas Comunidades Eclesiais de Base (CARPANEDO, 2009, 119), sem desconsiderar seus elementos e estruturas, e salvaguardando o seu sentido espiritual, teológico e pastoral, de maneira que se sobressaísse a simplicidade do rito celebrado.

Com o Ofício Divino das Comunidades, a Igreja no Brasil recuperou o que, ao longo da história, fora perdido. Este modo de orar oferecido às comunidades eclesiais se tornou modelo de prática oracional, em que as comunidades reconhecem que o ofício não é somente “propriedade” dos clérigos e religiosos, mas é próprio de cada cristão batizado, que procura viver uma vida de oração traduzida na páscoa semanal e na páscoa anual, motivada pelo ritmo diário regido pelas horas.

O compromisso comum da hora marcada, das músicas, dos salmos, ao qual cada pessoa se entrega voluntariamente, é algo salutar e contribui para ordenar a vida em uma lógica diferente, desenvolvendo uma nova maneira de se relacionar com o tempo. Ao interromper o ritmo da produção, toma-se consciência que o tempo não é apenas Kronos, isto é, o tempo medido pelo relógio e preenchido com o trabalho sob a pressão do mercado; ao contrário, o tempo pode ser vivido como o Kairós, a saber, o tempo em que Deus opera dentro de nós e no coração da história a sua obra, independente do nosso esforço (CARPANEDO, 1009, 119).

¹ O Ofício Divino das Comunidades, editado pela Paulus, está em sua 15ª Edição.

Se independe da ação humana, para que a graça de Deus possa preencher as lacunas que o pecado deixa no homem, através da recitação dos salmos se torna possível santificar as horas do dia, e, assim, aproximar-se do Deus que atua na história:

Um dos grandes ganhos do ofício é o de reaprender a fazer do salmo uma “escola de oração”. Em uma assembléia formada por gente pobre, o grito ou lamento de certos salmos torna-se oração autêntica na boca de quem passa por todo tipo de privação e humilhação e, mesmo assim, se mantém firme na fé. Nesse caso, a voz de Cristo, primeiro orante do salmo, coincide com a voz do pobre que clama diante do Pai. O Ofício Divino das Comunidades cumpre a sua função “de fonte de piedade e de oração pessoal” com um estilo que ajuda cada pessoa a participar durante a celebração e a fazer da oração comunitária uma referência para os momentos de oração pessoal e para a espiritualidade (CARPANEDO, 2006, 54).

A vida dos povos é fortemente marcada pelas dores e sofrimentos do dia a dia. A preocupação da Igreja no Brasil em oferecer o Ofício Divino das Comunidades é justamente dar à Igreja, por meio do ritmo diário das horas, o modo de rezar em que a comunidade não se sinta escrava do tempo, ao contrário, diante dos dramas da vida, seja o ofício um meio que introduza a Igreja no mistério de Cristo, que “nos faz descobrir dentro das contradições do nosso próprio tempo a ação amorosa do Pai, que faz brilhar em nosso mundo a luz de Jesus Cristo, nosso Salvador” (CARPANEDO, 2009, 120).

2. Importância de haver uma referência objetiva de oração, quando nos reunimos como Igreja para orar

O Ofício Divino das Comunidades é para a Igreja no Brasil uma referência importantíssima de prática de oração, pois tem proporcionado às comunidades estruturar melhor a sua vida de oração. Um dos grandes ganhos do ofício foi o de resgatar a experiência de oração como louvor e intercessão que tem como pano de fundo a Palavra de Deus, manifestada nos salmos, que garante à Igreja que ora o cerne da Liturgia das Horas: “fonte de piedade e de oração pessoal”.

Sendo a Liturgia das Horas uma fonte de piedade e de oração pessoal e, tendo a Igreja herdado do judaísmo a tradição de rezar ao menos três vezes ao dia, na prática de oração do ofício, podemos encontrar na oração de laudes, do meio-dia e na oração de

vésperas, uma oportunidade de fazer memória, e ao mesmo tempo, atualizar o Mistério Pascal de Cristo, através da Liturgia das Horas.

Sabemos que na celebração dos sacramentos, e de maneira particular na celebração do sacramento da Eucaristia, ao fazermos memória de Cristo, atualizamos o Mistério Pascal. Entretanto, vale ressaltar que inúmeras comunidades nem aos domingos podem contar com a presença de presbíteros. A Liturgia das Horas, na sua versão inculturada, a que chamamos Ofício Divino das Comunidades, presidida pelos leigos, permite que a comunidade faça a experiência de oração.

Para nos iluminar nesta reflexão, podemos recorrer às palavras do renomado teólogo, Valeriano Santos Costa (2007), doutor em liturgia, que em seu livro: Liturgia das Horas, celebrar a luz pascal sob o signo da luz do dia, apresenta a Liturgia das Horas como via de oração para os fiéis que desejam rezar em comunidade, e que por motivos adversos, se encontram impedidos de participar dominicalmente da celebração da eucaristia:

Para os que só podem participar da eucaristia aos domingos, a tríplice oração diária os manterá não só em comunhão, com o mistério de Cristo, mas também alimentará a doce expectativa da ceia do Senhor, no primeiro dia da semana. Para os que nem isso é possível, a celebração dominical da palavra na ausência de presbítero é a possibilidade de santificar o dia do Senhor, e celebrar, desta maneira, o mistério pascal (COSTA, 2007, 8).

O caminho a ser percorrido para tornar o Ofício Divino das Comunidades uma referência objetiva de oração, manifestando uma Igreja reunida que ora, é fazer da liturgia uma fonte de espiritualidade, na qual a comunidade que reza possa enriquecer os momentos de orações com uma oração que de fato seja própria da Igreja, ou seja, o Ofício Divino.

Devido a uma compreensão desvirtuada da oração, as comunidades têm deixado de lado a referência essencial de orar como Igreja. Diante desta questão se faz necessário criar, não somente nas comunidades eclesiais, mas principalmente nos ambientes clericais e religiosos, que também fazem parte dessas comunidades, a conscientização de que não existe uma vida de oração que esteja desconectada de uma vivência litúrgica a partir da *lex orandi*, e para o nosso estudo, de uma vivência a partir da oração das horas.

No capítulo IV da Constituição *Sacrossanctum Concilium* encontra-se um dos apelos que o Concílio fez à Igreja: devolver aos leigos a possibilidade de recitar o Ofício Divino, com os padres, ou, em comunidade, e, se caso isso não fosse possível, até mesmo sozinhos.

Buyst, em seu artigo “Liturgia das Horas, oração do povo de Deus?”, que se encontra na revista de liturgia, constata que mesmo o Concílio tendo essa preocupação de devolver à comunidade a oração que nunca deixou de ser da Igreja, “dava a nítida impressão de que a Liturgia das Horas ainda continuava sendo coisa do clero e dos religiosos” (BUYST, 1981, 2).

O Ofício Divino é o cume e a fonte de toda a ação pastoral. Sua celebração comunitária, em nível diocesano, paroquial ou de outra comunidade, manifesta visivelmente a Igreja de Cristo. Aqueles que receberam a sagrada ordem e o mandato da oração, devem, com a ajuda de uma boa catequese, formar os leigos, para a participação no Ofício Divino. Isto deve fazer parte do objetivo pastoral e evangelizador dos que receberam a missão de estar à frente da comunidade: formar uma Igreja orante, para facilitar a participação dos fiéis.

Aproximamo-nos dos sessenta anos da conclusão do Concílio Ecumênico Vaticano II, e podemos constatar que o Ofício Divino ainda não é uma referência de oração em nossas comunidades. Uma prova disso é que, em todas as festas da Igreja, a comunidade tem a sede de rezar missas, terços, novenas, e tantos outros, deixando de lado esta expressão tradicional e forte da vida da Igreja que é o Ofício Divino, que não santifica somente quem reza, mas toda a Igreja, a qual por meio desta oração, santifica as horas do dia, através dos salmos, hinos, cânticos bíblicos, leituras e aclamações, orações de súplicas e reconhecimento.

Para vencer a mentalidade de que o Ofício Divino é uma prática difícil de ser implantada em nossas comunidades, é de suma importância proporcionar momentos formativos, com acompanhamento pastoral, adotando assim esta prática de oração em todos os momentos orantes da Igreja.

Levando-se em conta que este processo se dá de forma gradual, não se pode impor esta prática oracional como um fardo para as nossas comunidades. Antes de tudo é preciso suscitar na Igreja, em momentos específicos, a redescoberta do sentido da

oração, como fonte de espiritualidade, com suas riquezas, para que neste gesto de quem reza na liturgia, se possam encontrar possíveis respostas para seus questionamentos.

Os grupos de leigos, em qualquer lugar que se encontrem reunidos, são convidados a cumprir essa função da Igreja, celebrando parte da Liturgia das Horas, seja qual for o motivo pelo qual se reuniram: oração, apostolado, ou qualquer outra razão. Convém que aprendam a adorar a Deus Pai em espírito e em verdade, antes de tudo na ação litúrgica, e tenham presente que, mediante o culto público e a oração, atingem toda a humanidade e podem fazer muito pela salvação de todo o mundo (IGLH, 2003, 27).

Sabe-se que a celebração da Eucaristia é o ponto máximo de toda ação litúrgica. Entretanto, vale recordar que é necessário, justamente por causa de sua importância, valorizar a Eucaristia, procurando introduzir o Ofício Divino, nos dias de semana, onde falem presbíteros, por ocasião da celebração da Palavra de Deus. Assim, os fiéis, por meio destas alternativas, poderão viver a essência da oração da Igreja. As Comunidades Eclesiais de Base muito bem compreenderam essa proposta de oração.

Com esta prática, a comunidade vai introduzindo aos poucos os elementos rituais do Ofício Divino, privilegiando assim, os salmos e hinos conhecidos que caracterizam as horas que estão sendo rezadas.

À medida que as pessoas vão se familiarizando com a celebração do ofício, é necessário ajudá-las a participar com “conhecimento de causa, ativa e frutuosa” (SC, n. 11). Não basta “recitar salmos” ou “dizer orações”; é preciso orar de verdade, acompanhar as palavras com a mente e com o coração (SC n. 90). Para isso são necessários momentos de formação que ajudem as pessoas se apropriarem do sentido dos elementos, da sua organização e dinâmica interna, da espiritualidade. Essa preocupação tem levado grupos e comunidades criarem espaços de formação e a buscarem métodos que auxiliem na assimilação do sentido e na sua expressão ritual (CARPANEDO, 2006, 64-65).

Voltar às fontes não quer dizer desconsiderar os avanços da vida presente. Ao contrário, quando nos deparamos com a oração que era por excelência realizada por Jesus, podemos constatar que o seu modo de orar está ligado à sua vida, e, à vida de seus seguidores, povo sacerdotal. Deste modo, a Igreja reconhece que não é possível rezar o Ofício Divino, sem que seja levado em conta a fé da comunidade celebrada na liturgia, que traz consigo as alegrias e tristezas dos povos: “com alegria e respeito descubram as sementes do Verbo ocultas na vida cultural e social, nas várias relações e

ocupações da vida humana para realizar com Cristo a função sacerdotal do Povo de Deus” (AG n.11).

A Igreja no Brasil, para resgatar a importância de ter uma referência objetiva de oração da Liturgia das Horas na vida das comunidades, sem inventar “devocionismo”, apresenta o Ofício Divino das Comunidades, como resgate de uma prática comum aos pobres, os excluídos da sociedade, que buscam na oração as respostas para os seus questionamentos, para que assim se concretize a relação entre liturgia e vida. É desta prática oracional que surgem as comunidades eclesiais de base, justamente para devolver ao povo o que ao longo da história foi se perdendo.

Mas como a vida é diversificada e tem elementos e aspectos tão ricos, as comunidades merecem que por respeito a elas cuidemos do mais imediato e externo, sem esquecer do coração de tudo isto, o núcleo mais interior e afetivo deste processo. E é aí que se situa a questão da oração.

A questão se situa de maneiras e níveis diferentes. De um jeito, para o povo ligado às tradições. Da Igreja católica e à procura dos sacramentos. Doutro modo, para as CEB's e grupos comprometidos na Pastoral Popular.

É importante que estes dois setores estejam vinculados. As comunidades engajadas e lideranças precisam estar dentro das massas como no seu lugar natural. Mas as necessidades e a sensibilidade inevitavelmente passam por certa transformação e me refiro agora quanto à oração (SOUZA, 1988, 31).

No Ofício Divino a comunidade é chamada a reconhecer a sua nobreza e brevidade, levando em conta a capacidade de compreensão não somente dos fiéis, mas principalmente dos clérigos e religiosos, que nos momentos de orações que antecedem qualquer atividade pastoral, não devem inventar uma oração demasiado pobre em significados, mas através do ofício, assumam a sua missão profética, buscando por meio desta prática oracional, celebrar a própria vida, que denuncia as injustiças do mundo, sem perder de vista o anúncio da misericórdia aos pobres.

Como os ofícios se situam dentro da missão, são como um ensaio profético do mundo futuro que denuncia o espírito do mundo sempre ligam o culto à misericórdia.

É preciso que, na realidade brasileira, os nossos ofícios sejam o ambiente onde as pessoas mais pobres possam, livremente, orar por suas necessidades, possam encontrar a espiritualidade da bênção (beraká) que invoca sobre as pessoas o Shallom bíblico, ou seja, paz, saúde e vida feliz com o nome divino (...) Descolonizaremos, totalmente, o estilo de oração quando as rezadeiras e benzedores do nosso povo reencontrarem no Ofício Divino o ambiente onde

possam exercer na oração o seu carisma e a Igreja recupere sem magia, nem alienação, o ministério evangélico da cura (SOUZA, 1994, 31).

Para familiarizar os que vão celebrar o Ofício Divino, consideramos de suma importância para a formação alguns passos² que levarão cada participante a viver com a Igreja o sentido de seus elementos rituais, respeitando a sua estrutura sem se descuidar do valor da celebração.

O Ofício Divino surge da tradição. Por isso é nesta tradição litúrgica que a Igreja é chamada a reconhecer a qualidade de fonte da teologia, da espiritualidade e, em consequência, da pastoral. Diante disso, a comunidade não precisa ser inventora de uma oração com diletantismo, uma vez que a Igreja já possui a Liturgia das Horas que, conseqüentemente, deve preencher as “falsas devoções” e manifestações de piedade popular, que por anos foram uma referência de oração na vida da Igreja.

Para que a Liturgia das Horas seja uma referência de oração em nossas comunidades eclesiais, é preciso levar em conta as suas características próprias³, e recordar à Igreja que este exercício oracional é a fonte tradicional da espiritualidade

² Partimos do Ofício Divino das Comunidades para explicar os elementos rituais do Ofício Divino. A apresentação de cada participante: nome, se já conhece o ofício; se costuma rezar (sozinho, na família, na comunidade). Quem já conhece, pode falar dos ganhos que o ofício trouxe para seu caminho de fé. Quem não conhece é livre para partilhar suas expectativas. Depois desse momento inicial, propõe-se tomar contato com o livro, verificando como está organizado, onde estão os salmos, os hinos, os roteiros etc. Se o grupo não dispõe de livros, é importante ao menos preparar uma folha com um ou dois ofícios que poderão ser celebrados durante o encontro e a partir deles para conhecer a sequência dos elementos. Conversar sobre o que é um “Ofício Divino”? De onde vem? Por que celebrar de manhã e à tarde? A quem é permitido celebrar? Conhecer melhor cada elemento do rito e sua sequência, tomando como referência o ofício que o grupo vai celebrar durante o encontro; pode ser o ofício da manhã, o da tarde ou da vigília. Conversar sobre o sentido de cada elemento, ensaiar as músicas, repartir as tarefas e preparar (vivenciando). A celebração deverá ser feita com tranquilidade, iniciando-se com um profundo silêncio através de um refrão meditativo. Depois da celebração, seria bom que os participantes partilhassem as suas impressões. Se houver tempo, pode-se prever um trabalho, em pequenos grupos, para exercitar o manuseio do livro e para preparar um ofício a determinada hora ou tempo litúrgico. No final do encontro, o ideal seria prever um momento de avaliação, também para combinar outras reuniões de aprofundamento: estudo de algum salmo, introdução aos tempos litúrgicos, exame minucioso de outros elementos. (CARPANEDO, 2006, 66-67).

³ A Liturgia das Horas significa que se recuperem momentos significativos do dia a dia, para o louvor e a prece. Estes momentos têm sido tradicionalmente pela manhã e à tarde. Manhã como início, novo começo, trabalho, atividade, claridade, luz, sinal da ressurreição. Tarde, como fim, missão cumprida, descanso, noite chegando, e escuridão (que pode trazer angústia). O objetivo da Liturgia das Horas é o louvor de Deus e a santificação da nossa vida. É união com Cristo, para que tudo seja vivido por Cristo e em Cristo. A Liturgia das Horas “recolhe” os nossos pensamentos e sentimentos, os nossos trabalhos e preocupações, nossos planos e realizações, para inseri-los no Mistério Pascal de Jesus Cristo. A Liturgia das Horas é uma oração comunitária, uma celebração do povo de Deus. Mesmo os padres e as religiosas que têm a obrigação de recitar o ofício, devem dar preferência a uma celebração com o povo, sempre que tiverem oportunidade para isso. O elemento básico da Liturgia das Horas é o saltério. Em toda a história de Israel, os salmos têm sido expressão da fé, da caminhada, das lutas e vitórias do povo de Deus, de suas angústias e esperanças. É oração que brota dos acontecimentos (BUYST, 1981, 4-6).

cristã. Acreditamos que de maneira alguma a Igreja queira tirar do povo aquilo que muitos reconhecem como “devoções populares”: terços, novenas, ofício de Nossa Senhora, etc; o caminho a ser percorrido deve ser o da busca constante de uma oração que se traduza numa comunidade que celebre a própria vida, deixando de ser um povo que reza a Liturgia das Horas por obrigação.

A Liturgia das Horas por anos deixou de ser uma oração comunitária, e por isso perdeu a sua referência objetiva de oração, uma vez que, para ser uma oração da Igreja, é preciso levar em conta o seu caráter comunitário. Pensando nisso é que o Ofício Divino foi elaborado de uma forma em que a sua linguagem de compreensão e de sua vivência mistagógica pudesse envolver a comunidade que reza.

Dentre tantos acréscimos que o Ofício Divino das Comunidades trouxe aos povos da América Latina, não se pode desconsiderar um dos seus maiores benefícios: o resgate dos seus elementos bíblicos, litúrgicos e pastorais, que por meio do rito celebrado devolveu ao povo um modo de orar com a Igreja, mesmo que essa prática seja realizada de modo individual.

É um rito simples, sem justaposição de elementos, coerente na sua dinâmica interna, com um modo de começar, desenvolver e terminar a celebração que permite a uma pessoa do povo se apropriar dele e fazer sem embaraço o serviço da coordenação; permite também à assembleia ter domínio sobre o que vai ser feito e se apropriar da celebração como sua. É um rito breve, um quadro de referência bem definido, ao mesmo tempo aberto e flexível (CARPANEDO, 2003, 178).

Com o desejo de assumir a expressão de fé dos povos da América Latina, a estrutura do Ofício Divino das Comunidades congrega textos e hinos numa linguagem que se traduz de maneira que a oração e a teologia contida no rito manifestem a vivência de uma Igreja que ora numa perspectiva do contexto latino-americano. A maneira de celebrar o Ofício Divino das Comunidades vai ao encontro da proposta de vida das Comunidades Eclesiais de Base, valorizando a música, os movimentos, os símbolos, a dimensão sociocultural e ecumênica, inter-religiosa.

Para fundamentar a importância de ser uma Igreja que ora a partir dos acontecimentos da vida, o Ofício Divino das Comunidades foi o instrumento que mais se aproximou da referência objetiva de oração. Nele se encontra a recordação da vida, que consideramos importantíssimo, para bem celebrar o ofício, permitindo assim fazer

memória dos acontecimentos da vida, numa perspectiva de uma Igreja que, por meio da oração, vive o que celebra, e em contrapartida, celebra o que vive.

A recordação da vida não é prece, nem compromisso, nem “intenção”. Tem mais o perfil de relato. Em uma pequena assembleia pode ser feita de maneira informal, em tom de conversa... Em uma grande assembleia é possível ser preparada antes e apresentada pela equipe, ou feita em forma de conversa dois a dois... Na memória de um mártir, ou de um santo, partilham-se aspectos de sua vida, de como ele ou ela deu testemunho da vida de Jesus. No ofício da noite, no lugar da “recordação da vida”, em clima penitencial e de reconciliação com Deus e entre os irmãos. A recordação da vida não é um momento isolado, mas desdobra-se ao longo da celebração: no salmo, nos momentos de meditação e nas preces (CARPANEDO, 2006, 22).

Aproximamo-nos, como já dito, dos sessenta anos da abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, e podemos constatar que ainda é preciso caminhar, e muito, para se ter uma referência objetiva de oração, quando a comunidade se reúne para orar.

Grandes conquistas a Igreja da América Latina alcançou com a implantação do Ofício Divino das Comunidades, que sempre teve como ponto de partida a Liturgia das Horas, pois com este meio de oração foi resgatada a dignidade dos fieis leigos, que através de sua oração comunitária, vivem o exercício do sacerdócio comum, sem deixar de lado o apelo que fizeram os padres conciliares: devolver ao povo a Liturgia das Horas, garantindo aos fiéis esse direito, que aos poucos os incentiva a formarem uma única assembleia, expressão máxima da visibilidade do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja (BECKHAUSER, 2012, 123).

Esta prática tem se tornado uma referência de oração que garante a dimensão cristológica proposta pela Liturgia das Horas: os salmos, as orações, os hinos. Para uma Igreja que foi evangelizada tendo como referência a piedade popular, é muito significativo que a Liturgia das Horas seja agora esta referência, e possa contar com uma versão (Ofício Divino das Comunidades) à altura da compreensão dos pobres.

É neste horizonte que o Concílio Ecumênico Vaticano II insiste que a comunidade reunida que reza a Liturgia das Horas manifesta a Igreja que, unida a Cristo, é chamada a viver a comunhão com o Pai no Espírito Santo. Por meio deste

gesto, a Igreja permanecerá fiel, sem perder de vista a referência objetiva de oração, que apesar de ter se perdido ao longo dos séculos, foi se resgatando pela prática do Ofício Divino.

2. Uma pedagogia pastoral para introduzir o ofício divino das comunidades na prática da oração da Igreja

Embora o Ofício Divino das Comunidades seja uma versão autorizada pela prática das comunidades há mais de trinta anos, e apesar de ser uma referência para muitas comunidades, existe um longo caminho a ser superado: o devocionismo conservador, que a cada dia tem ganhado grande força na Igreja no Brasil.

Diante desta constatação, a Teologia da Libertação, através das Comunidades Eclesiais de Base, evidencia o Ofício Divino como elemento integrante no seu planejamento, oferecendo não só a formação, mas a devida prática, que se dá pelos encontros pastorais, celebrados nas festas de padroeiros, na novena de Natal, por ocasião da morte, dentre outras celebrações da Igreja, sem perder de vista o ritmo da comunidade, num esforço permanente para criar nos fiéis o gosto por esta prática de oração.

Sempre que se fala em Ofício Divino e sua importância na vida da Igreja, logo vem à mente o trecho dos Atos dos Apóstolos, onde se lê que os cristãos eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fração do pão e às orações (At 2,42). Essa prática da Igreja primitiva ainda deve fazer parte de nossas comunidades, pois retrata a plena comunhão com Deus por meio da Igreja, que nos oferece instrumentos, entre eles o Ofício Divino das Comunidades, para, assim como Cristo, o orante do Pai, tenhamos nossas atividades cotidianas ligadas a Deus, por meio da oração.

Dessa forma, cada batizado é chamado a despertar sua consciência para o sacerdócio que recebeu pela unção do Espírito Santo e que habilita a cada um a realizar o culto da nova aliança, estreitamente ligada a Cristo. A oração cristã será, portanto, continuidade da mesma piedade com a qual Cristo, quando estava na terra, se dirigia ao Pai. Tudo o que Jesus dirigiu ao Pai por meio de palavras, é perpetuado na Igreja, por meio da oração.

Agora, qual pedagogia deveria ser adotada para que tal prática de oração se fizesse presente de maneira cada vez mais útil em nossas comunidades? Nota-se, na maioria das vezes, que as pessoas que frequentam nossas comunidades não compreendem ou ainda, nem ao menos conhecem esta forma de oração tão rica que é o Ofício Divino.

Partindo dessa ideia, vê-se que é preciso ir ao encontro de nossos irmãos leigos e leigas e promover uma divulgação intensa e frutuosa de tal prática. A melhor divulgação, ou anúncio, seria a promoção de momentos comunitários do Ofício Divino, convidar a comunidade para que, juntos, pudessem rezar, fazendo valer o dever eclesial de rezar. Uma oração comunitária que apresente aos leigos os frutos daquele que reza, daquele que se volta para Deus.

Para isso é necessário introduzir uma pedagogia pastoral, com o acompanhamento da prática, com uma formação sólida, ajudando assim as nossas comunidades a redescobrirem, não só na Liturgia das Horas, mas no Ofício Divino, a sua espiritualidade.

O ponto de partida para esse processo formativo é trazer presente para a comunidade que a origem da vida cristã consiste em uma comunhão de vida que Deus realiza na vida dos fiéis, em Cristo, no Espírito. Essa comunhão se dá de forma plena na Eucaristia. Entretanto, em toda ação litúrgica, e no que diz respeito ao nosso estudo, ou seja, o Ofício Divino, a comunidade assume essa comunhão que garante a todo aquele que adota esta prática de oração, a vivência do Reino (MONDONI, 2000, 81).

Vimos anteriormente que o Ofício Divino, a partir de seus elementos rituais, é uma referência objetiva de oração, quando a comunidade se reúne para rezar, pois não em nome próprio, mas em nome da Igreja, manifesta a fonte de espiritualidade cotidiana de nossas comunidades eclesiais.

Há no meio de nossas comunidades uma busca grande de oração, a ponto de muita gente migrar para grupos ou movimentos que lhe respondam a este anseio. O Ofício Divino das Comunidades responde a este fervor espiritual do povo como uma proposta de oração eclesial e popular, bíblica e litúrgica que ajuda a unir fé e vida cotidiana, dimensão social e pessoal, louvor e lamento, escuta e prece (CARPANEDO, 2009, 121).

O que vai garantir uma pedagogia coerente, que corresponda aos anseios de nossas comunidades eclesiais, é também o processo formativo dos ministros do ofício, que deve oferecer à assembléia reunida o Ofício Divino das Comunidades como uma

prática de oração, vencendo assim a mentalidade do devocionismo conservador, que tem feito os fiéis se distanciarem cada vez mais da centralidade do mistério celebrado.

Esta pedagogia pastoral que propomos pretende garantir a prática da oração comunitária, que sugere um caminho que possibilita à comunidade, por meio da oração, acolher e partilhar o que se celebra no hoje da história, reconhecendo-se como povo de Deus.

Reconhecer, sobretudo, a duração do tempo, isto é, a inserção dessas práticas salutares de oração ordenada e comunitária no contexto da fruição do sentir-se vivo, no desenrolar da vida ordinária de trabalho, estudo e oração. É a conjunção justa e disciplinada dessa vivência que pode dar significação – e por que não? – gosto pela oração do ofício sem o espanto que inicialmente se nos vem ao nos depararmos com todos estes momentos de “interrupção” de nossa rotina. Podemos lembrar, ainda que superficialmente, o pensamento do filósofo Xavier Zubiri (1898-1983): o ser humano tem uma preocupação demasiada em se lançar para o futuro, esquecendo-se do quanto é importante o tempo para sentir e inteligir a Deus, através da oração.

Por isso se faz necessário, através da celebração do ofício, “recuperar” o tempo dentro de um projeto estruturado e conduzido pelo espírito de Cristo. Porque, se não percorrermos esse caminho, podemos tornar as nossas celebrações vazias, como que uma “perda de tempo”, que nos faz cair no vazio do dia-a-dia distante da oração, não encontrando na própria vivência do Ofício Divino das Comunidades um guia para se arvorar, agora sim, na realidade.

Outra vez, podemos recorrer a Zubiri:

Parece que o homem atual se encontra de tal forma disparado para o futuro que carece de tempo e de folga para saber onde tem apoiados os seus pés; não tem fruições, senão perpétuos projetos em que se devora a si mesmo. O futurismo reage sobre o presente dissolvendo-o em angústia (ZUBIRI, 2015, 403-404).

Para uma vivência na inteireza do ser no mistério celebrado, pela prática do Ofício Divino, devem-se levar em conta os diversos grupos e movimentos de nossas comunidades eclesiais, que por uma má compreensão de oração, têm procurado se alimentar espiritualmente por práticas oracionais que não são uma prática da Igreja.

Um fato que tem chamado a atenção é que os próprios clérigos e religiosos acabam desconsiderando o Ofício Divino, justamente por terem perdido uma referência objetiva de oração, uma vez que antes das reuniões, assembléias, encontros, os

momentos de “orações inventadas” acabam sendo mais importantes, em contraposição a uma Igreja que, desde os primórdios, teve como referência a prática do Ofício Divino.

Em toda ação litúrgica, a comunidade precisa seguir uma sequência lógica. Logo, no Ofício Divino, encontramos os elementos rituais que garantem esta sequência, para assegurar à comunidade não uma prática vazia do mistério que está sendo celebrado, mais do que isso, uma vivência mistagógica a partir do rito, que possibilitará à comunidade reunida celebrar a sua própria vida.

A comunidade é o sujeito da oração. Sendo assim, “o sujeito orante é convidado a tomar o texto litúrgico – neste caso os salmos – como texto que seja guia da sua mente, dos seus sentimentos, e ‘norma’ que informa o conteúdo da sua oração” (AUGÉ, 2002, 107). Eis aí a referência objetiva de oração, que garante à comunidade rezar com a Igreja, deixando de lado as orações inventadas que têm cada vez mais descaracterizado o ser Igreja, em parar, em determinadas horas do dia, a fim de orar.

O Ofício Divino não é uma oração inventada. É uma prática de oração em que se reconhece toda ação da Igreja, manifestada na comunidade que se reúne para orar, garantindo a unidade e apostolicidade da Igreja, ainda que muitos rezem a sós o ofício.

Diante desta realidade consta-se que o Ofício Divino não é o fruto de preferências da comunidade, de seus gostos e invenções. Antes de tudo, sendo uma ação da Igreja, o ofício é para a comunidade o lugar onde se encontra o alimento espiritual para a vida.

Como mencionado acima, consideramos que os elementos rituais não são o ponto de partida que garanta uma pedagogia pastoral para que o Ofício Divino seja introduzido na prática de nossas comunidades. Contudo, acreditamos que alguns de seus elementos devam ser levados em conta, para assegurar a eficácia da oração que está ligada à tradição da Igreja.

Como é uma ação da Igreja, os versos de abertura apresentados no início do Ofício Divino são entoados por quem preside, e, repetidos pela 91ssembleia reunida. Para assegurar a eficácia do ofício para os povos⁴, é preciso recordar que esses versos

⁴ A liturgia nem é mera reprodução do passado, nem pode ser inventada, aqui e agora, sem referência à tradição. Como as religiões populares têm suas tradições sagradas, o cristianismo quer assumir essas culturas para nelas expressar o memorial de Jesus que, por seu Espírito, se manifesta nestes povos. O memorial de Jesus e a inculturação são aspectos distintos da mesma realidade e merecem ambos uma atenção própria. O ofício assume o esquema fundamental do ano litúrgico latino, embora o enriqueça com

são bíblicos, de invocação ou convite, que permitem à comunidade reunida dialogar e reconhecer a sua pertença a Deus.

Há no ato de celebrar, uma relação entre as horas de Jesus e as nossas horas, entre a páscoa de Jesus e a nossa páscoa. Para que isto ficasse mais explícito, o Ofício Divino das Comunidades inseriu logo depois da abertura, o rito da recordação da vida, para que os fatos da vida possam ser relatados e reconhecidos como sinais da páscoa acontecendo na trajetória do povo. À luz da Palavra e com a ajuda do Espírito Santo, a comunidade procura discernir os sinais do reino dentro da realidade e os sinais do anti-reino. A partir desse discernimento, agradece, suplica, pede perdão ao Senhor e se compromete com o seu reino. A recordação da vida não é feita em forma de prece, nem de ação de graças, nem de compromisso, nem intenção por alguma pessoa ou situação, constitui apenas o primeiro momento que terá seus desdobramentos ao longo da celebração. Os fatos lembrados no início repercutem no hino, nos salmos, na partilha da Palavra, no silêncio, nas preces... Portanto, este elemento ritual é indispensável na comunidade cristã que compreende a liturgia e, em nosso caso, o Ofício Divino, como acontecimento de salvação pela presença dinâmica de Cristo Ressuscitado e de seu Espírito no coração e na vida (CARPANEDO, 2014, 64-65).

Em muitas de nossas comunidades, a fonte de espiritualidade tem sido uma busca exagerada do recorrer a Deus, esperando assim que Ele possa resolver os problemas da vida humana. Infelizmente o movimento litúrgico que ofereceu à Igreja trilhar o caminho do celebrar o que vive e viver o que celebra, tem se distanciado muito da prática existente em nossas comunidades.

Diante desta questão, no Ofício Divino a Igreja é chamada a manifestar a expressão da oração da assembleia reunida, que numa linguagem poética, manifesta as maravilhas de Deus realizadas em favor de seu povo, mesmo que dentre tantos do povo que estão reunidos para rezar o ofício, não tenham motivos para dirigir ao Pai uma prece.

Não é tão fácil rezar os salmos hoje. As dificuldades são muitas. Algumas vêm dos próprios salmos, da sua linguagem e do seu conteúdo. Outras vêm das pessoas que rezam, da comunidade. Outras ainda vêm da situação que vivemos da realidade. Algumas dificuldades têm respostas e se resolvem. Outras só se resolvem na medida em que forem assumidas como desafios da própria caminhada (MESTERS, 1988, 2).

memórias e comemorações que nos são próprias. Mesmo as grandes celebrações que temos em comum com os outros continentes, as fazemos de modo inculturado. Herdamos da tradição cristã o esquema fundamental dos ofícios: invocar a Deus, criar a assembleia litúrgica por meio de um hino ou de outro elemento, cantar os salmos, escutar a Palavra da Escritura e a ela responder pelo louvor, pela intercessão e pelo compromisso de cumpri-la no dia a dia. (cf. SOUZA, 1994, 29).

Através dos salmos a Igreja faz memória de um Deus que agiu concretamente na história de seu povo, marcado pela opressão, mas liberto por Jesus Cristo, o grande cantor dos salmos, que diante da miséria do seu povo, se compadece e garante vida nova à comunidade.

Manifestando a unidade da Igreja em oração, destaca-se que em cada Ofício Divino rezado, os salmos não são escolhidos mediante os nossos sentimentos. Neles, a comunidade é chamada a acolher e reconhecer a voz de Jesus, suscitando na assembleia reunida os seus sentimentos.

No Ofício Divino, grande importância é dada aos salmos e cânticos bíblicos. Estes poemas, preces de ação de graças, de súplica ou de lamentação, que nos situam no diálogo da Aliança de Deus com o povo de Israel, estão impregnados de memórias das ações de Deus na criação e na história (êxodo, exílio, volta do exílio). Para nós cristãos, eles expressam o mistério pascal de Jesus, sua oração que se atualiza na Igreja. Conforme Santo Agostinho: ao nos dirigirmos, suplicantes, a Deus o Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, ora em nós, ora por nós e nós oramos a Ele como nosso Deus. Reconhecemos na sua as nossas vozes e a sua voz em nós (CARPANEDO, 2014, 65).

Através dos salmos a Igreja canta e medita a Palavra de Deus. Mas no Ofício Divino a leitura bíblica é um elemento fundamental, que garante à assembleia viver o mistério celebrado, e ao mesmo tempo, partilhar à luz da escuta da Palavra, o que suscita no coração de cada um que a ouve, a alegria de sentir, viver e celebrar o encontro com Deus, na comunidade.

Frente à busca de uma nova pedagogia pastoral para que o Ofício Divino seja uma prática de oração da Igreja, considero importante observar a Liturgia das Horas, pois sendo uma ação litúrgica da Igreja, não se cumprirá um rito, antes se encontrará a maneira de unir a vida ao mistério que celebramos, continuando assim a missão de Cristo.

A missão de Cristo continua, portanto, na Igreja. Também na Igreja haverá anúncio, no entanto, anúncio não mais de coisas futuras que devem acontecer e que no Antigo Testamento foram anunciadas como algo futuro, mas anúncio do evangelho como alegre notícia de um evento presente, desde que o Verbo se fez carne para habitar entre nós. Esta presença salvífica do Filho de Deus no mundo não terminou com a sua elevação à direita do Pai, mas pelo seu Espírito, Ele presente e atuante entre nós, sobretudo nas ações litúrgicas (LUTZ, 2005, 25-26).

Em muitas comunidades encontra-se uma deficiência no processo formativo acerca da oração. Isso se deu devido ao fato de que, por séculos, a Igreja ficou condicionada a alimentar a espiritualidade de seus fiéis em práticas de orações que tinham como ponto de partida as devoções, que em muitas situações eram praticadas somente na celebração eucarística.

O maior desafio da Igreja é vencer esta mentalidade. É preciso resgatar o valor da celebração da Eucaristia. Para isso, o caminho a ser percorrido é fazer dos momentos de oração, que antecedem os acontecimentos de nossas paróquias, oportunidades para introduzir o Ofício Divino das Comunidades como um meio que garante a eficácia da oração, possibilitando à comunidade orar sem perder de vista a perspectiva eclesial da oração.

O Concílio Ecumênico Vaticano II, voltando às fontes, garantiu a autenticidade da oração que nunca deixou de ser da Igreja, mas que ao longo da história passou por estruturação, e nos foi entregue como hoje a conhecemos para as comunidades simples, Ofício Divino das Comunidades, uma versão inculturada da Liturgia das Horas, que deve suprir toda a necessidade da comunidade, que por falta de conhecimento tem procurado alimentar-se de “espiritualidades” vazias que não levam a nada.

Considerações Finais

Diante de um cenário desastroso, em que cada vez mais líderes políticos e religiosos se preocupam demasiadamente com os seus próprios interesses, lamentavelmente ainda encontramos inúmeras pessoas que são contra a Teologia da Libertação.

Creio que isso não deve nos intimidar. Se decidimos responder ao chamado de Jesus, para sermos os seus seguidores, é necessário que sejamos parresiasistas, que assumamos o nosso discipulado, do qual Cristo é o protagonista.

Assumido pela Teologia da Libertação, o Ofício Divino das Comunidades nos permite reabastecer-nos da vida de Cristo, que nos impulsiona a sermos uma Igreja em saída, em que reconhecemos que a nossa missão não é de criar muros, mas pontes que

nos fazem ser sensíveis às dores dos pobres, e com eles carregarmos os fardos que o sistema opressor lhes impõe.

A Teologia da Libertação, tão refletida e pensada a partir da Conferência de Medellín em 1968, pode até ter se baseado em conceitos que porventura sejam condenáveis pela Igreja, como por exemplo, o marxismo. Entretanto, nasceu a Teologia da Libertação com um só objetivo: evidenciar que a preocupação primeira da Igreja é que esta corrente teológica tenha afinidade com o Evangelho de Jesus e ajude eficazmente os pobres, os prediletos do coração do Mestre, a buscarem a santidade.

Certa vez, Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, numa entrevista dada ao jornalista Luís Guimarães, da Rede Vida de Televisão, foi questionado acerca de seu santo predileto. Eis a questão: “Dom Luciano qual é o seu santo predileto nas horas de aperto”? Sem pestanejar, o profeta da América Latina responde:

“É difícil responder. São tantos! É como a mãe que tem muitos filhos, e alguém perguntasse: ‘mãe, qual é o filho de que a senhora gosta mais?’ Ela diria um pouco embaraçada que gosta de todos’. Cada santo aponta para Jesus. De modo que todos são como espelho convergentes para percebermos o que significa a presença de Cristo na história”.

Para que rezar o Ofício Divino das Comunidades? Para que os filhos da Igreja, que embora pecadores, procurem viver a santidade, configurando-se a Cristo. Para que um Ofício tão simples? Para que os prediletos do coração de Jesus, ou seja, os pobres, acolham o projeto do Reino, anunciando o Cristo, sem se descuidarem do essencial: denunciar as injustiças e assumir a vida dos que sofrem.

Eis a realidade em que estamos imersos: entres as desigualdades e contradições, também nos encontramos entre alegrias e conquistas. Os salmos nos proporcionam a viver tais realidades, e não podemos nos esquecer que ambas devem nos fazer experimentar a realidade do céu. Afinal, a vida cristã é caminho e, justamente por isso, estar imerso na realidade deste mundo é necessário, e mais necessário ainda é estar conectado à realidade eterna. Sem a oração diária – e a Igreja nos dá gratuitamente o Ofício Divino das Comunidades para isso – nada teremos de real, além de nosso egoísmo e absoluta desconexão com o eterno, com Aquele que nos espera definitivamente.

Assumindo este caminho, poderemos viver o projeto de santidade que Cristo nos oferece. Ao recitar os salmos, as labutas do dia a dia presentes em cada verso, nos fazem ter consciência de para que o Cristo veio: para estar na comunidade e libertar das realidades de opressão, aos que o sistema ainda continua a perseguir.

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, Matias. *Espiritualidade Litúrgica*. São Paulo: Ave-Maria, 2002.
- BECKHAUSER, Alberto. *O Sentido da Liturgia das Horas*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Sacrosanctum Concilium: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2011.
- BUYST, Ione. Liturgia das Horas oração do povo de Deus? *Revista de Liturgia* 43, 2, 1981.
- CARPANEDO, Penha. *Ofício Divino das Comunidades: uma introdução*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- _____. Liturgia das Horas oração do povo de Deus? *Revista de Liturgia* 43, 2, 1981.
- _____. O louvor de Deus na boca do Povo. *Revista de Liturgia*, 178, 2003.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Liturgia em mutirão II: subsídios para formação*. Brasília: Edições CNBB, 2009.
- _____. *Liturgia momento histórico da salvação: subsídios para formação*. Brasília: Edições CNBB, 2014.
- COSTA, Valeriano dos Santos. *Liturgia das Horas: celebrar a luz pascal sob o signo da luz do dia*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- DECRETO *Ad Gentes* sobre a Atividade Missionária da Igreja. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2001.
- INSTRUÇÃO GERAL SOBRE A LITURGIA DAS HORAS (IGLH). In: *As Instruções Gerais dos Livros Litúrgicos*. São Paulo: Paulus, 2003.
- LUTZ, Gregório. *Celebrar em Espírito e Verdade: elementos de uma teologia litúrgica*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MESTERS, Carlos. *O rio dos salmos, das nascentes ao mar*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Bíblicos, 1988.
- MONDONI, Danilo. *Teologia da Espiritualidade Cristã*. São Paulo: Loyola, 2000.
- OFÍCIO DIVINO DAS COMUNIDADES. São Paulo: Paulus, ano 2011.
- SOUZA, Marcelo de Barros. Caminhada popular e Ofício Divino. *Revista de Liturgia* ano 15, n. 86, mar/abr 1988.
- SOUZA, Marcelo de Barros. Descolonizar a oração da Igreja. *Revista de Liturgia* 124, 1994.
- ZUBIRI, Xavier. *Sobre el sentimiento y la colición*. Madri: Alianza Editorial, 2015.